

RADAR



favela

COVID-19

Foto: Acervo SEJAMOS BASE

Edição 06

DEBATES

Privatização? Água
e vacina para todas e todos

ESPECIAL

Pandemia e Extrema Zona Oeste

- 4 APRESENTAÇÃO**
- 5 MEGAFONE**
- 9 O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?**
- 10** “MEU PAI FOI ASSASSINADO DURANTE UMA OPERAÇÃO POLICIAL NA CIDADE DE DEUS” | Vitória da Silva Cruz Guimarães
- 12** UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) É FECHADA EM MANGUINHOS Renata Dutra | Colaboração: Fábio Monteiro
- 15** ENCHENTES EM MANGUINHOS | Renata Dutra
- 17** CHUVAS NA ROCINHA | Antônio Xaolin
- 19 DEBATES**
- 20** ÁGUA NÃO É MERCADORIA: COMO A PRIVATIZAÇÃO PODE IMPACTAR AINDA MAIS AS VIDAS NAS FAVELAS E PERIFERIAS? | Rejany Ferreira
- 24** COM VACINA PARA TODAS E TODOS, SUS E SOCIEDADE ORGANIZADA A PANDEMIA SERÁ DERROTADA | Equipe Radar Covid-19 Favelas
- 26 MOVIMENTOS SOCIAIS**
- 27** ORGANIZAÇÕES POPULARES REIVINDICAM ACESSO À ÁGUA EM FAVELAS | Equipe Radar Covid-19 Favelas
- 29 ESPECIAL: PANDEMIA E EXTREMA ZONA OESTE**
- 30** Dossiê da Zona Oeste: Será que isso na Zona Sul seria normal? | Lucas Almeida Melo
- 35** SEJAMOS BASE: OCUPAÇÃO UNIDOS VENCEREMOS ‘Sejamos Base’
- 40** CARAVANA ITINERANTE DA JUVENTUDE CONTRA O CORONA Caravana Itinerante da Juventude (Cijoga)
- 43** ORGANIZAÇÃO POLÍTICA POPULAR E A SOLIDARIEDADE NA ZONA OESTE Movimento Territórios Diversos

- 46** RELATÓRIO DE IMPACTO 2020: EXTREMO OESTE CARIOCA
Movimento Territórios Diversos Nova Sepetiba
- 48** *In Memoriam*: NOTA DE FALECIMENTO TIA GAÚCHA
Coletivo Piracema
- 50** Expediente

APRESENTAÇÃO

Radar COVID-19 Favelas é um informativo produzido no âmbito da Sala de Situação Covid-19 nas Favelas do Rio de Janeiro, vinculada ao Observatório COVID-19 da Fiocruz. Estruturado com base no monitoramento ativo (vigilância de rumores) de fontes não oficiais – mídias, redes sociais e contato direto com moradores, coletivos, movimentos sociais, instituições e articuladores locais – busca sistematizar, analisar e disseminar informações sobre a situação de saúde nos territórios selecionados, visando promover a visibilidade das diversas situações de vulnerabilidade e antecipar as iniciativas de enfrentamento da pandemia.

Os relatos são coletados por meio da constituição de uma rede de interlocutores, valorizando a produção compartilhada de conhecimento, o acesso e a participação ativa de moradores de favelas e de seus movimentos sociais.

MMEGA

FONE

O conteúdo aqui
publicado é composto
de relatos de moradores, notas de
movimentos sociais e coletivos,
denúncias e reportagens sobre
o contexto enfrentado por
territórios de favela e periferia
durante a pandemia.

MORADORES DO SANTA MARTA TIVERAM SUAS CASAS INVADIDAS DURANTE A REALIZAÇÃO DE OPERAÇÃO POLICIAL

O Portal Favelas noticiou que o líder comunitário Tandy Firmino e outros moradores do Santa Marta, na manhã do dia 11 de janeiro de 2020, tiveram suas casas arrombadas e invadidas por policiais militares que agiram sem mandado de busca. Tandy Firmino e seu Thiago Firmino, desde o início da pandemia, vem sanitizando a favela contra o novo coronavírus. Tandy Firmino divulgou um vídeo nas redes sociais denunciando o ocorrido, onde relata que ele e sua filha estavam dormindo no momento da ação policial e tiveram a porta da casa destruída.

JUSTIÇA FEDERAL CONDENA UNIÃO A INDENIZAR FAMILIARES DE VÍTIMA DE OPERAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2015, NA COMUNIDADE VILA DO JOÃO

Além disso, a União deverá pagar indenização, por danos materiais mediante um salário mínimo por mês, a partir da data que ocorreu o assassinato, à filha da vítima até completar 25 anos de idade. Também deverão ser ressarcidos os valores gastos a título de funeral e sepultamento, bem como fornecer ou custear atendimento psicológico pelo tempo necessário. Raimunda Cláudia Rocha da Silva foi atingida por um disparo efetuado por agentes das Forças Armadas em confronto com criminosos no Complexo da Maré.

DESPEJOS E REMOÇÕES SÃO NOVAMENTE SUSPENSOS DURANTE A PANDEMIA

Supremo Tribunal Federal atendeu ao pedido da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPERJ) e suspendeu o cumprimento de ordens de despejo, reintegrações e remoções no estado durante a pandemia da Covid-19. A Defensoria Pública argumentou que a solicitação busca mitigar a propagação do novo coronavírus, ao impedir que milhares de pessoas sejam desalojadas de suas residências.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DE JANEIRO REPASSA RECURSOS FINANCEIROS À FIOCRUZ PARA AÇÕES DE ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA NAS FAVELAS

A Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro oficializou, em cerimônia realizada no dia 30 de dezembro, o repasse de R\$ 20 milhões para a Fundação Oswaldo Cruz com o objetivo de garantir o financiamento de atividades relacionadas ao enfrentamento da pandemia do novo coronavírus nas favelas do estado do Rio de Janeiro.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA AS FAVELAS E DEMAIS ÁREAS POPULARES

Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou, no dia 25 de novembro de 2020, o Projeto de Lei 3142/2020 que institui o Plano de Desenvolvimento, Cidadania e Direitos em Territórios de Favelas e demais áreas populares – denominado “Plano de Metas Favela Cidadã”, no âmbito do estado do Rio de Janeiro. O Plano será coordenado pelo Poder Executivo e estabelece o controle social por meio de um Comitê de Monitoramento que prevê o protagonismo “de entidades e coletivos da sociedade civil, especialmente daqueles que atuam em territórios de favela e demais áreas populares, na formulação das diretrizes que orientarão o “Plano de Metas Favela Cidadã”.

A EQUIPE DO JORNAL COMUNITÁRIO VOZ DAS COMUNIDADES DENUNCIOU O USO DESPROPORCIONAL DA FORÇA POR PARTE DA POLÍCIA MILITAR

Durante a realização de operação policial no Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio, na manhã do dia 13 de janeiro deste ano. O jornal vem realizando um trabalho de monitoramento da pandemia através do Painel Covid-19 Favelas, atualizando os dados dos casos através de suas redes. A equipe do jornal realizava a cobertura da ação policial quando foram abordados e tiveram seus aparelhos celulares quebrados e apreendidos. A operação no Alemão ocorria contrariando a decisão do Supremo Tribunal Federal de regular a atuação policial



segundo protocolos que assegurem a proteção da vida, nos termos da lei. A equipe do jornal Voz das Comunidades registrou boletim de ocorrência na Delegacia da Penha, Zona Norte do Rio de Janeiro.

MORADORES DE BAIROS E MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO DENUNCIAM CHEIRO E GOSTO ESTRANHO NA ÁGUA

O gosto ruim e cheiro forte foram relatados nesta quinta-feira (21) por moradores de 50 bairros do Rio de Janeiro, entre eles: Piedade, Engenho de Dentro, Ricardo de Albuquerque, Bangu, Senador Camará, Vila Valqueire e Sulacap. A Cedae comunicou que está avaliando as reclamações e coletando amostras, e que medidas já foram tomadas para conter o problema. Depois da conhecida “crise da geosmina” em 2020, onde a presença de esgoto doméstico na água e poluição industrial foram confirmados por pesquisadores da UFRJ, os moradores do Rio de Janeiro temem novamente uma crise hídrica do Estado, que traz consequências graves e põe em risco a saúde dos moradores que precisam dessa água para o consumo direto no cotidiano doméstico.

MOBILIZAÇÃO PELO DIREITO DAS FAVELAS À VACINAÇÃO:

A escassez de vacina e uma possível privatização do plano de imunização poderá aumentar ainda mais as desigualdades sociais e raciais. Pobres e negros, apesar de mais vulneráveis, não foram incluídos como prioridade no Plano Nacional de Vacinação. Cientistas e movimentos de favela reivindicam que esses grupos sejam prioritários e que a vacina seja gratuita e pública, distribuída através do SUS e o acesso garantido para todas e todos.



O QUE TÁ PEGANDO NAS FAVELAS?

Foto: Acervo Sejamós BASE

Este espaço tem por objetivo repercutir como as favelas e seus moradores, principalmente através da dimensão coletiva e organizativa dos movimentos sociais, estão enfrentando e lidando com a pandemia Covid-19, bem como vocalizando no espaço público suas demandas e reivindicações face ao papel do Estado. Através da compilação de notícias, de relatos de moradores, do acompanhamento e interlocução com os serviços da Estratégia de Saúde da Família e da rede de ensino público (municipal e estadual) e análises de especialistas e pesquisadores buscamos aqui fazer ecoar *O que tá pegando nas favelas?*

Essa iniciativa vincula-se ao Observatório Covid-19 Fiocruz e pretende somar-se às lutas das favelas, de seus moradores, movimentos sociais e organizações coletivas.

“MEU PAI FOI ASSASSINADO DURANTE UMA OPERAÇÃO POLICIAL”

Vitória da Silva Cruz Guimarães

19 anos, moradora de Cidade de Deus

Primeiramente quero falar que a gente pensa que nunca vai acontecer com a gente, mas comigo aconteceu também. Meu pai, Marcelo Guimarães, foi assassinado no dia 4 de janeiro desse ano, indo para o trabalho no primeiro dia após o recesso de fim de ano, na Cidade de Deus, na Zona Oeste. Eu sempre vi nos jornais e redes sociais as pessoas distorcendo histórias e a gente vai vendo que as pessoas vão acreditando em qualquer versão que vai sendo falada na televisão.

**Agora que eu passei por isso eu vejo que a mídia realmente distorce os fatos, parece até que são cúmplices, né?
Eu dei várias entrevistas a jornalistas e eles alteraram praticamente tudo o que eu falei.**

E é ainda mais doloroso estar de luto e saber qual era o nome da pessoa, o caráter, o que ele fazia. E ler escrito o nome dele dessa forma, ouvir ele sendo falado dessa forma, sendo questionado, mesmo tendo sido assassinado, injustiçado, e ainda assim duvidarem dele.

Um policial deu um tiro nele e eu também quero saber a resposta. Alguns disseram que foi porque a polícia tentou parar meu pai e ele não parou. Então como é que se aborda uma pessoa de dentro do Caveirão? Como mostra no vídeo, ele estava lá do outro lado da pista de onde meu pai sofreu essa brutalidade. Não tem sentido eles terem feito isso apenas porque meu pai não parou e no vídeo tem a comprovação. O policial atirou de dentro do Caveirão, daquela janela que fica aberta lá em cima.

Falaram também que meu pai fez uma bandalha; eu acho muito difícil, pois ele sempre foi muito medroso para essas coisas, ainda mais com um Caveirão por perto.

Não houve confronto, não houve tiroteio, e por mais que deem esse argumento, não faz sentido que os traficantes da Cidade de Deus tenham ido para a pista atacar um Caveirão. Nenhuma testemunha que estava no local confirmou as trocas de tiro. As pessoas afirmaram que só houve um tiro, o que acertou meu pai.

Meu pai era muito trabalhador, trabalhava muito. Até digo que ele não teve a vida que mereceu. Ele desde sempre trabalhou muito, não pôde viver muita coisa. Ele disse que esse ano ele iria descansar. Ele sempre trabalhou muito para nos dar o melhor e não deixar faltar nada para mim e para meu irmão de cinco anos. Infelizmente agora ele se foi, com apenas 38 anos. E o que aconteceu com ele aconteceu com muitos antes dele.

O que a PM faz com o povo preto, pobre, favelado e trabalhador, precisa parar, nesse país racista que nos mata todos os dias. tenho certeza de que se fosse um branco passando no momento que meu pai passou com a moto e não parou, ele não teria atirado.

É muito triste porque meu pai não tá mais aqui. A gente vai seguir aqui lutando por justiça, porque como sempre falo nas minhas redes, já que a mídia não mostra o que de fato acontece na favela, estarei aqui do lado de fora pensando positivo, que vamos conseguir justiça, e não só para o meu pai, mas por todos aqueles que a polícia também matou e não se responsabilizou. Que seja feita a justiça! E eu vou estar aqui falando até o fim.

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) É FECHADA EM MANGUINHOS

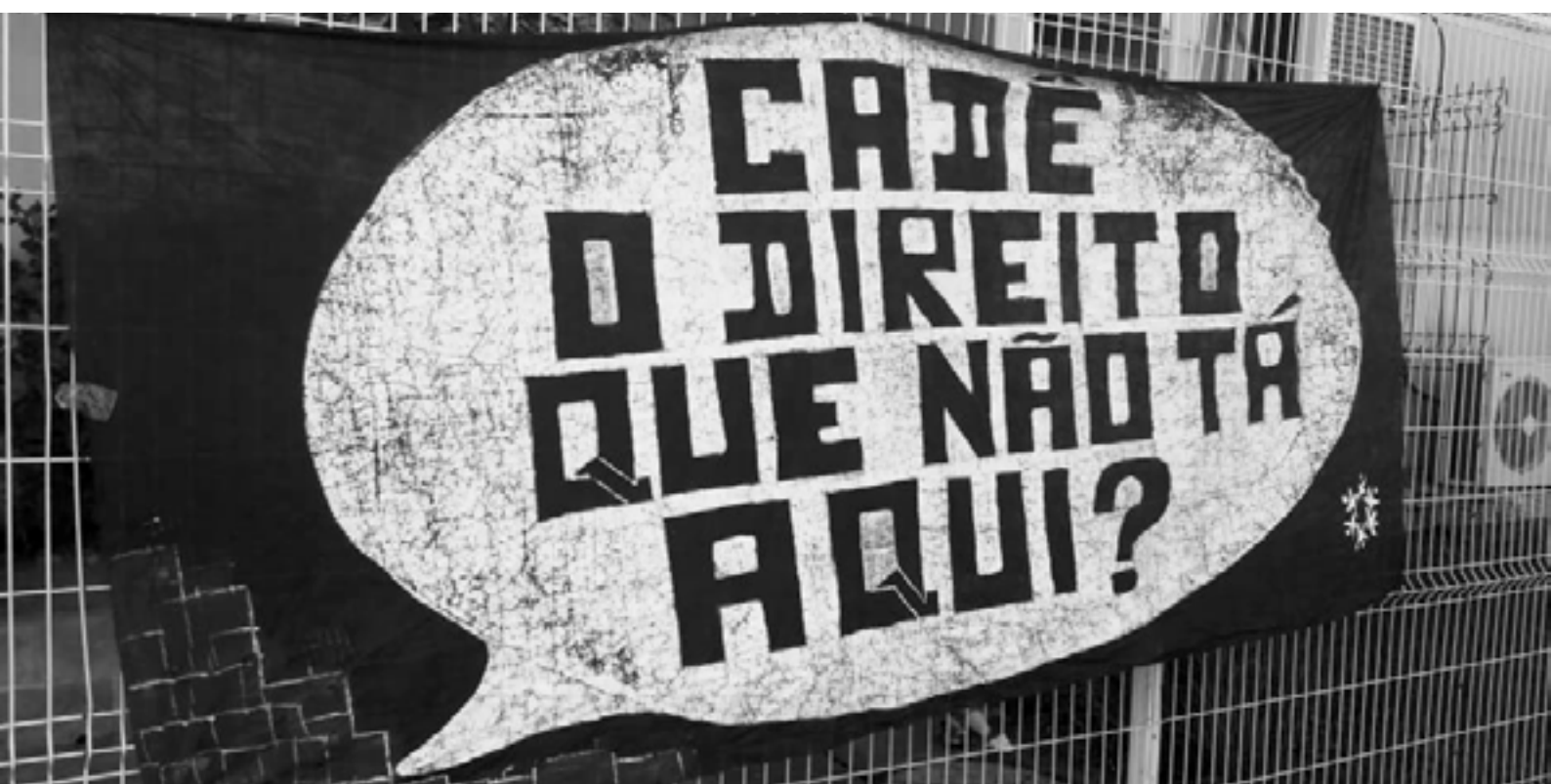
Renata Dutra

Jornalista, moradora de Manguinhos e bolsista de comunicação da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz.

Colaboração: Fábio Monteiro, Conselho Comunitário de Manguinhos

Como se já não bastasse a crise que estamos vivendo por conta da pandemia do novo coronavírus, a atual prefeitura do Rio de Janeiro já assumiu seu mandato cometendo graves erros e um deles é fechar a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) de Manguinhos. No dia 6 de janeiro desse ano, a UPA foi encontrada fechada, sem nem mesmo ter tido o aviso prévio. Os pacientes foram transferidos durante a madrugada. Na porta da UPA não havia funcionário informando os pacientes que chegavam em busca de atendimento.

Crédito da foto: Acervo Comacs



A unidade que atende toda a região de Manguinhos e adjacências, era administrada pela Organização Social Fiotec–Fiocruz e em novembro de 2020 passou a ser administrada pela Rio Saúde. Segundo o Portal G1, **a UPA atende em média 400 pessoas por dia, totalizando 12 mil por mês, e se ficar fechada por 10 dias já deixa de fazer cerca de 4 mil atendimentos.**

Segundo a página do Conselho Comunitário de Manguinhos, no dia 8 de janeiro, uma comissão de conselheiros locais compareceu à Prefeitura cobrando a reabertura da unidade. Além disso, as páginas da região estão promovendo a campanha “**#ReaberturaUpaManguinhosJá**”, em que pedem o apoio da comunidade gravando vídeos, postando fotos e mensagens com a hashtag.

Segundo o portal de notícias G1, o Rio de Janeiro, que em dezembro bateu a marca de 100% de leitos ocupados na rede particular, e as Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) estão com 98% das vagas ocupadas. Já os leitos da enfermaria reservados para Covid-19 bateu 70% dos leitos ocupados. Também em dezembro, as filas para internação registravam 184 pessoas e em uma semana o número subiu para 341.

A cidade do Rio de Janeiro vive em constante caos na área da saúde e o fechamento de uma Unidade de Pronto Atendimento, em uma região que reúne dezenas de favelas, causa um problema gravíssimo. Outras unidades ficarão congestionadas e isso priva o acesso da população ao direito básico à saúde.

Segundo a comissão em defesa da UPA Manguinhos, o subprefeito Diego Vaz afirmou que o fechamento se deu pela falta de um contrato com a Organização Social. E afirma que a reabertura da UPA será no mês de fevereiro.

Uma carta coletiva de reivindicações foi entregue em mãos ao secretário de saúde Daniel Soranz em uma reunião no dia 11 de janeiro na Fiocruz, pela Comissão em Defesa da UPA Manguinhos - formada por moradores, presidentes de Associações de Moradores e Conselheiros de Saúde locais.

No dia 10 desse mesmo mês, o presidente da Associação de moradores da Comunidade Agrícola de Higienópolis - C.A.H., uma das favelas pertencentes ao Complexo de Manguinhos, teve um infarto enquanto trabalhava dentro da Associação; como a UPA Manguinhos estava fechada, ele foi levado para a UPA do Complexo do Alemão, mas infelizmente não resistiu. A pergunta que fica: “Será que se ele fosse atendido na UPA Manguinhos, por ser mais perto, teria sobrevivido?”

A Comissão em Defesa da UPA continua tentando a antecipação desse prazo de reabertura para que vidas como a de Raimundo sejam preservadas. Várias reuniões estão ocorrendo com moradores, trabalhadores de manguinhos e o Conselho Comunitário para solucionar o problema do fechamento da UPA.

Crédito da foto: Acervo Comacs



ENCHENTES EM MANGUINHOS

Renata Dufra

Jornalista, moradora de Manguinhos e bolsista de comunicação da Coordenação de Cooperação Social da Fiocruz.

O ano 2021 começou caótico para os moradores de Manguinhos, comunidade localizada na zona norte do Rio de Janeiro. A favela que abriga a Fiocruz vem sofrendo há anos com recorrentes enchentes, trazendo inúmeros problemas para quem mora lá.

No dia 2 de janeiro, uma chuva de meia hora já foi suficiente para alagar as ruas de Manguinhos. Agora imagine um dia chuvoso e você só quer deitar e dormir com aquele barulhinho que dá sono? Com quem mora em Manguinhos esta realidade é diferente, pois quando chove chega a preocupação e o sono se vai.

Segundo a moradora Maria da Guia, a casa precisa ser planejada pensando nas enchentes “Já fizemos a casa alta por causa da chuva, minha cama é tão alta que eu tenho até dificuldade para subir, mas mesmo assim na penúltima chuva que teve o rio transbordou e chegou a entrar na minha casa. Faz anos que vivemos isso”, diz.

No início de janeiro, a página “Comacs Manguinhos-Rj” , registrou vídeos de alagamento nas ruas: Uranos, Estrada de Manguinhos, Capitão Bragança e também na rua Humboldt.

Como ter saúde sem ter o básico? Moradores precisam reconstruir suas vidas sempre que as chuvas tomam conta e levam seus bens. Em Manguinhos precisa de saneamento básico e uma estratégia para que este problema não volte a ocorrer.

“É muito difícil, antes era até pior. Eu já saio de casa e deixo os móveis para o alto para não ter o risco de mais uma vez perder minhas coisas. Até quando não chove muito o rio transborda e enche tudo. Na última chuva chegou a alagar até o mercado ali da Estrada de Manguinhos e olha que não choveu muito, na verdade nem chuva eu cheguei a ver”, conta a moradora Maria da Guia.

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz, ter saúde não significa apenas ausência de doença, e sim o indivíduo ter acesso básico a tudo que envolve qualidade de vida, ou seja, à educação de qualidade, saneamento básico, água potável, etc. Sendo assim, avaliando tais aspectos, podemos notar que na favela não existe saúde. Como se tem saúde sem o simples? Sem o mínimo?

Crédito da foto: Acervo Comacs



CHUVAS NA ROCINHA

Antônio Xaolim

Morador da Rocinha

O último temporal que desestruturou a Rocinha foi dia 22 de setembro de 2020. Conforme informações da mídia, choveu 95 milímetros, causando uma das maiores enchentes e alagamentos aqui na favela. A favela, o Morrão, ele tem dois pontos de grandes alagamentos, isto porque as águas que vem das encostas, em forma de corrente e dos talvegues, que são pequenos canais formados pelas chuvas ou becos e vielas, onde passam pequenas valas. Desta vez, não causou danos humanos, com consequências de mortes; causou somente danos materiais e riscos iminentes de desabamentos e acidentes com pessoas.

Na Rocinha, tem dois pontos que alagam muito: um é a Estrada da Gávea, que forma um rio das águas que vêm das encostas e talvegues. A Estrada da Gávea tem um sistema de galerias totalmente entupido. Então as águas que vem das encostas do lado da mata descem arrastando tudo, se encontram na Estrada da Gávea, que, por sua vez, forma um rio que vai arrastando motos e pessoas. E essas águas vão parar no Largo do Boiadeiro, que inunda todo o comércio local, vão para a Via Ápia e vão sendo acumuladas no sub-bairro chamado Campo Esperança, onde tem um enorme valão, parcialmente canalizado, que recebe todas as águas de todos os lugares da Rocinha, criando uma enorme inundação.

Eu falei das águas que vem da mata. Agora vou falar das águas que vem do Morro Dois Irmãos. Olhando da passarela para dentro da Rocinha, o lado esquerdo é a mata e o lado direito é o Morro Dois Irmãos. A partir do olhar da passarela tem uma calha: esta enorme calha foi feita para conter as águas que descem do Morro Dois Irmãos. Esta calha, em uma parte, ela está quebrada e furada, mas não sabemos a causa. E isso tem

muitos anos. Então toda água que vem do Morro Dois Irmãos passa por essa calha e por esse buraco na calha, entra na favela, no chamado sub-bairro; arrasta os barracos e vai formar o alagamento no sub-bairro Campo Esperança, onde tem esse valão. Então junta as águas que vêm da parte da mata, passando pela Estrada da Gávea, e as águas que vêm do Morro Dois Irmãos; **forma naquela área um super alagamento inundando todas as casas ali, prejudicando, basicamente, 10 a 20 mil moradores que moram somente naquela área.** Importante entender que a Rocinha é uma bacia. Então, ali, é o fundo da bacia. Alaga tudo. É necessário urgentemente reparar esta calha na encosta do Morro Dois Irmãos. Urgente, urgentíssimo. E o restante da água vai pra São Conrado, passa pelo chamado complexo esportivo, inunda tudo ali, as crianças ficam sem esportes; e vai pra São Conrado, inundando a parte baixa da Estrada da Gávea, inundando também o Shopping Fashion Mall. Esse prejuízo é constante quando ocorre as chuvas de verão.

DEBATES

A seção Debates dessa edição traz um texto da geógrafa Rejany Ferreira sobre água e saneamento básico, no qual se discute como a privatização pode impactar ainda mais as vidas nas favelas e periferias.

O segundo texto da seção foi escrito pela Equipe Radar e aborda a luta pela vacina para todas e todos e a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) para o enfrentamento da pandemia.

ÁGUA NÃO É MERCADORIA - COMO A PRIVATIZAÇÃO PODE IMPACTAR AINDA MAIS AS VIDAS NAS FAVELAS E PERIFERIAS?

Rejany Ferreira. Geógrafa

Observatório da Bacia Hidrográfica do Canal do Cunha,
Cooperação Social da Fiocruz.

O Brasil está passando pela segunda onda de Covid-19, com o aumento dos casos diários em todas as cidades do país. O Estado do Rio de Janeiro está com um grande número de pessoas infectadas e faltam vagas de leitos. As instruções para se proteger da contaminação ainda são as mesmas: o isolamento social, o uso de máscara, uso de álcool 70º, limpar todos os mantimentos que chegam da rua, lavar as mãos com água e sabão, lavar as roupas quando chegar em casa e tomar banho. Para realizar parte dessa prevenção é necessário assegurar que os serviços de saneamento básico, como a distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos, estejam funcionando de forma adequada.

A realidade ainda está longe do ideal. A população do Estado, em geral, vem sofrendo com problemas no abastecimento desde janeiro de 2020 e a população dos territórios socioambientalmente vulnerabilizados (favelas e periferias), vivenciam esse problema desde a sua formação, em todo o país.

No último mês de 2020 alguns bairros do município do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense tiveram problemas no abastecimento por conta de um problema em uma bomba na elevatória do Lameirão que diminuiu a capacidade de distribuição de água, levando uma parcela da população a criar formas de garantir acesso ao recurso: alguns captaram água da chuva; outros afetaram os seus orçamentos para comprar água; e uma

parcela precisou da mobilização e da solidariedade, principalmente nas áreas faveladas e periféricas.

Os serviços de saneamento básico impactam diretamente na saúde, na qualidade de vida e no desenvolvimento da sociedade como um todo. A falta de acesso à água potável afeta a garantia ao direito fundamental à vida e é agravada neste contexto de crise sanitária, decorrente da pandemia da Covid-19.

Como pedir à população que não tem água para beber, fazer comida e tomar banho, para lavar as mãos todas as vezes que voltar da rua? Na falta de água, quais são as prioridades?

A maioria da população que reside em áreas mais pobres não tiveram condições de fazer isolamento social, pois tiveram que sair para trabalhar. Muitos atuam em serviços essenciais como supermercado, farmácias, hospitais, além dos trabalhos com entregas. Precisam de água em casa para realizar os protocolos.

O saneamento sempre foi um problema a ser resolvido nas áreas mais pobres. Inúmeras doenças seriam evitadas, sobretudo nas populações mais vulnerabilizadas, se esses serviços fossem implementados de forma adequada. Não é um problema decorrente apenas da pandemia, mas que foi agravado por ela.

Essa crise que estamos vivenciando, trouxe a discussão sobre saneamento básico para o centro do debate. Lavar as mãos com água e sabão pode salvar uma vida, mas como os territórios de favela e periferia, que sofrem com problemas relacionados a falta de abastecimento de água, podem exercer esse direito?

A água é um bem comum essencial à vida e o acesso à água potável e ao saneamento básico é um direito humano essencial, fundamental e universal, indispensável à vida com dignidade e reconhecido pela

ONU como “condição para o gozo pleno da vida e dos demais direitos humanos” (Resolução 64/A/RES/64/292, de 28.07.2010).

Os responsáveis pelo saneamento a nível municipal, estadual e federal, principalmente os/as prefeitos e prefeitas que, pela legislação, são os responsáveis por esses serviços, precisam priorizar a vida e a saúde de “toda população”, sobretudo daquelas que historicamente sempre sofreram com essas ausências.

No meio desse processo de pandemia mundial, o Estado do Rio de Janeiro, na contramão de outras cidades como Paris, Buenos Aires e Berlim – que reestatizaram o saneamento – o governo estadual deu início ao processo que eles denominam como “concessão”, que é o caminho para privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

Crédito da foto: bedneyimages | Freepik



Para que essa concessão pudesse ser realizada foi aprovado e sancionado o novo marco legal do saneamento cuja principal mudança é o aumento da participação da iniciativa privada no setor do saneamento e na gestão da água, extinguindo o atual modelo de contrato entre municípios e companhias estaduais e exigindo licitação entre empresas públicas e privadas.

Os documentos para concessão da distribuição de água potável da Companhia Cedae só falam sobre as áreas favelizadas da cidade do Rio de Janeiro, não citam esses territórios de todos os municípios que são atendidos pela companhia, e, mesmo na referência às favelas da capital, não há no documento um projeto especificando como será a implementação nessas regiões. **A privatização do saneamento vai impactar ainda mais as favelas e periferias do Estado.**

O saneamento, como já foi apresentado, é essencial para a saúde e qualidade de vida da população, logo, a privatização vai prejudicar a população mais pobre que não tem como pagar por esse serviço, pois as empresas privadas visam o lucro e não garantir direitos humanos essenciais, que é responsabilidade do Estado.

Crédito da foto: ededchechine | Freepik



COM VACINA PARA TODAS E TODOS, SUS E SOCIEDADE ORGANIZADA A PANDEMIA SERÁ DERROTADA

Equipe Radar Covid-19 Favelas

* com informações do Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz e órgãos de imprensa

O Brasil ultrapassa a marca de 220 mil mortes por Covid-19.

Já que não há tratamento precoce contra o Coronavírus, nesse momento, é preciso garantir a vacina a todos os brasileiros. Para essa missão ser possível se torna imprescindível contar com o Sistema Único de Saúde – SUS – fortalecido. O Programa Nacional de Imunização realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) já erradicou diversas doenças, tais como a Poliomielite, Varíola, Rubéola, Difteria e Sarampo.

Garantir que a vacina chegue a todas as pessoas é um dever do Estado Brasileiro como está assinalado na Constituição Federal. O SUS viabilizou as condições técnicas para a produção de vacinas junto ao Butantã e a Fiocruz. São instituições públicas de pesquisa em saúde com mais de um século de experiência. As vacinas que estão sendo produzidas em vários países representam o avanço da ciência para salvar vidas e evitar que as pessoas adoeçam.

Após autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para o uso emergencial da vacina CoronaVac, a imunização nacional começou na segunda-feira, 18 de janeiro, com a primeira remessa de doses compradas da China.

O Rio de Janeiro recebeu cerca de 487,2 mil doses da CoronaVac. A remessa inicial irá imunizar cerca de 243,6 mil pessoas que fazem parte dos grupos considerados prioritários pelo Ministério da Saúde,

sendo eles: profissionais de saúde atuantes na linha de frente do Covid-19, profissionais da Saúde envolvidos na campanha de vacinação para Covid-19, pessoas com 60 anos ou mais que estejam em asilos ou abrigos, trabalhadores de instituições de longa permanência, pessoas com deficiências que residem em instituições de cuidado médico ou de outra natureza, além de indígenas e quilombolas em terras próprias.

A vacina CoronaVac foi distribuída para 92 cidades do Estado do Rio de Janeiro e está sendo aplicada em duas doses com intervalos de aproximadamente 15 a 20 dias. Nessa primeira fase, as pessoas não devem ir até o posto de saúde, pois os grupos prioritários receberão a aplicação das doses em seus locais de trabalho, clínicas, abrigos e instituições.

A vacinação em massa não tem data prevista e quando for iniciada, os pontos de vacinação vão se dividir entre clínicas da família, centros municipais de saúde, postos de saúde, escolas e também no modelo de drive-thru.

Mesmo com o processo de imunização contra Covid-19 iniciado é necessário que as medidas preventivas como higienização das mãos, utilização de máscara e distanciamento social permaneçam em todo território nacional.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Muitas são as dificuldades enfrentadas pela população mais vulnerável no enfrentamento a pandemia do covid-19. Uma delas tem sido a ausência, omissão ou insuficiência por parte do Estado em garantir políticas de proteção social e acesso aos cuidados adequados de saúde, principalmente, no tratamento dos grupos mais vulnerabilizados. Esta seção repercute as lutas dos movimentos sociais de favela pela garantia de direitos básicos.

Nesta edição, o Radar repercute a iniciativa de organizações populares de criar o Coletivo “Água é vida, não é mercadoria” para reivindicar o acesso à água em favelas e periferias do Rio de Janeiro.

Foto: Acervo Comacs



ORGANIZAÇÕES POPULARES REIVINDICAM ACESSO À ÁGUA EM FAVELAS

Equipe Radar Covid-19 Favelas

O jornal Brasil de Fato noticiou, no dia 16 de dezembro de 2020, a iniciativa de organizações populares que criaram o coletivo “Água é vida, não é mercadoria” para reivindicar o acesso à água em favelas do Rio de Janeiro e solicitar esclarecimentos ao poder público. Como parte das iniciativas do Coletivo, foi enviado um documento à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, à bancada federal do Rio de Janeiro no Congresso e ao governo estadual, apresentando uma lista de ações emergenciais.

O documento destaca a necessidade de ampliação dos serviços e da cobertura de água e esgoto nos loteamentos periféricos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Os principais sistemas de abastecimento foram criados para abastecer bairros e regiões centrais e as favelas sempre sofreram com a falta de atendimento ou com acessos precários e de baixa qualidade. A manutenção de bombas e caixas d'água e o reparo de pequenas tubulações muitas vezes são realizados pelas mãos e economias dos próprios moradores.

Também merece destaque no documento, o fato da crise sanitária ter transformado o acesso à água numa questão de vida ou morte e como o custo com a compra de água vem aumentando. A desigualdade na distribuição de água entre as áreas da cidade se agravou com os problemas técnicos do sistema Lameirão, a contaminação da água no sistema Guandu por geosmina, os alagamentos e enchentes nas favelas

e na Baixada Fluminense. O texto destaca também como durante os períodos de crise hídrica e humanitária – com a pandemia – houve por parte do poder público falta de transparência e acesso à informação.

O documento, assinado por mais de 78 organizações, lista um conjunto de reivindicações e medidas emergenciais que devem ser tomadas, como:

. Garantia de abastecimento de água contínuo e emergencial para favelas e bairros populares;

. Apresentação por parte do poder executivo e da Cedae de um plano emergencial de atendimento prioritário às favelas, listando ações concretas;

. Realização de um debate amplo e com participação popular sobre a política de saneamento e infraestruturas de acesso à água, com garantia de espaço às posições contrárias à privatização e que envolva especialistas da área de saúde, economia, ambiente e social, movimentos populares e de favelas;

. Instalação de caixas d'água nas moradias, bem como fornecimento de água para unidades de saúde, os CRAS e outros espaços comunitários de apoio psicossocial.

O documento do Coletivo “Água é vida, não é mercadoria” pode ser consultado na íntegra na página da Abrasco.

ESPECIAL PANDEMIA E EXTREMA ZONA OESTE



DOSSIÊ DA ZONA OESTE: SERÁ QUE ISSO NA ZONA SUL SERIA NORMAL?

Rio, serras de veludo
Sorrio pro meu Rio
Que sorri de tudo
Que é dourado quase todo dia

Rio, Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli (1963).

Lucas Almeida Melo, morador de Campo Grande, integrante do Coletivo Artístico Sustentável e Alternativo, professor no projeto Missão Arte Educação na Favela do Aço, Santa Cruz.

Afastado do Rio de Janeiro da Bossa Nova, das calçadas portuguesas, da perfeição das montanhas e do vai e vem do mar, existe uma cidade ainda pouco conhecida dos cartões postais, ou melhor, invisibilizada pelo poder público. Ser professor de artes nas zonas afastadas da Cidade Maravilhosa é ter um duplo diploma e com bastante honraria: Ame ou deixe-o. Logo, Rio, teu mar, praias sem fim, Rio você não foi feito pra mim e para a maioria dos cariocas que carregam essa cidade nas costas.

Entender os problemas da cidade também é pensar sobre o papel político do professor dentro da escola. Quem acredita que a aula não deveria ser política, talvez nunca tenha entendido o papel social de uma instituição de ensino. Foi com o objetivo de pensar sobre os problemas da cidade que surgiu a ideia do “Dossiê da Zona Oeste: Cartografias das margens (2020)”, ele nasceu da força do ódio, nos trens sucateados do Ramal Santa Cruz, e nas conversas com amigos professores sobre a cidade. São mapas que não estão nos livros de geografia.

A cartografia foi elaborada para viralizar na internet. Duas referências para o meu trabalho são do grupo feminista de artista-ativista Guerrilha Girls fundado em 1985 em Nova York e os movimentos artísticos da Revolução e das Vanguardas Russas no começo do século XX. A maioria dos artistas que conhecemos desse período foram professores-ativistas pela educação; simplificavam as artes buscando uma comunicação melhor com o povo, como forma de propaganda para agitação e transformação social. De alguma maneira, deixamos a internet para o campo da extrema-direita e das terras de fake news. Convoco todos os professores a ocuparem as redes sociais para mobilização.

A ideia para o trabalho surgiu de duas experiências em 2019, porém, as discussões sobre a cidade ficaram ainda muito latentes na minha formação de licenciatura na Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EBA-UFRJ). Afastados dos problemas sociais da cidade, muitos professores não tinham noção da Zona Oeste do Rio de Janeiro. De maneira muito sucinta, a primeira experiência veio de uma conversa informal com um senhor motorista que acreditava que todos os cinemas apresentavam uma mesma programação. Como um senhor foi enganado por todos esses anos? Comentei que os filmes exibidos na sala de cinema dependem do público e do bairro. Na Zona Oeste do Rio de Janeiro, dificilmente você irá encontrar um filme longe dos blockbusters norte-americanos ou as comédias pastelão brasileira, ou seja, uma cinematografia cheia de estereótipos e busca por mitos.

A segunda experiência veio das três turmas de ensino médio onde eu lecionava sobre artes. Apesar de ser uma escola de classe média, o direito à cidade e os aparelhos culturais nunca tinham sido debatidos. Se eu dependesse do currículo escolar, seria mais uma aula chata de algum artista branco, euro-centrado, e afastado do cotidiano escolar. De certa maneira, como professor, subverter sempre foi uma questão na história da arte. Parei o conteúdo da escola para discutir sobre a desigualdade na cidade que, por acaso, foi temática do Enem no mesmo ano: democratização do acesso ao cinema no Brasil.

Essas experiências foram muito importantes para pensar o Dossiê da Zona Oeste: Cartografias das margens (2020), que teve o objetivo de juntar os dados desconectados e através das propriedades da arte e do design, apresentar os frios dados científicos de maneira didática e engajada. O trabalho surgiu no âmago do pouco investimento em cultura na Zona Oeste, mas expandiu-se para diversas experiências sobre as diversas desigualdades na Cidade Maravilhosa, como a cultura, educação, transporte público e mais recentemente sobre a saúde.

A Zona Oeste descobriu a vacina para a Covid-19? Não sei ao certo, mas as pessoas pararam de usar máscara já tem um bom tempo. Nos mercados, ainda se encontram as regras de isolamento social e ainda há pessoas com máscara. Mas o abandono sobre esse resto da cidade chega a ser entristecedor. Não há ações ou campanhas da prefeitura em Campo Grande, Santa Cruz, Bangu e adjacências. De alguma forma, o Brasil foi capaz de transformar um problema de saúde mundial em um vírus comunista. Aparentemente, as pessoas estão acreditando nisso. Desde a verificação no pulso ou as máscaras usadas como bolsinha na mão, lavar as mãos virou um ato revolucionário e subversivo.

O *Dossiê da Zona Oeste* elaborado para a COVID-19 foi um ato de desespero para conscientizar as pessoas sobre os problemas surreais da região. Não vivemos uma doença democrática.

Fiz o levantamento de dados pelo Painel de Covid da Prefeitura do Rio em comparação com o painel Mundial de Covid da Google e cheguei em alguns dados devastadores para qualquer morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro. **Se alguns bairros da Zona**



Crédito da imagem: Lucas Melo

**CAMPO GRANDE É O BAIRRO COM MAIOR
NÚMERO DE ÓBITOS POR COVID-19**



Crédito da imagem: Lucas Melo

Oeste fossem países, estaríamos com problemas piores que na Etiópia, Uruguai, Síria ou Iraque, por exemplo. Dá para acreditar? Depois de passar pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, eu faço sempre um exercício e me perguntar: será que isso na Zona Sul seria normal?

Entre os dez bairros com mais óbitos no Rio de Janeiro, sete estão localizados na Zona Oeste. Surpreendente, não? Campo Grande é o bairro com maior número de óbitos (958) por COVID-19 na cidade, mais mortos no bairro que em todos os casos de COVID na Síria (809). Há quase o dobro de mortos por COVID em Campo Grande que na Angola (425). Será que isso na Zona Sul seria normal?

**HÁ MAIS MORTES POR COVID
NO BAIRRO DE CAMPO GRANDE,
BANGU E REALENGO**

QUE EM TODOS OS

CASOS DE COVID NO PARAGUAI

BAIRROS CITADOS (1781) VS PARAGUAI (1743)

Há mais casos de morte por COVID nos bairros de Campo Grande, Bangu e Realengo e Santa Cruz (2631) do que em todos casos de COVID na Austrália (909) ou na Costa Rica (2.401) ou Etiópia (2.008) ou Paraguai (2.466) ou Afeganistão (2.314). Você até pode escolher o aspecto político do país e ver o quanto estamos negligenciados. Será que isso na Zona Sul seria normal?

Estamos em Guerra. Será que isso na Zona Sul seria normal?

SEJAMOS BASE - OCUPAÇÃO UNIDOS VENCEREMOS

Sejamos Base

Desde o início de sua criação, o Projeto B.A.S.E. tem como objetivo auxiliar as crianças e jovens de Jesuítas, sub bairro de Santa Cruz, nas áreas de cultura, lazer e educação, além de viabilizar oportunidades profissionalizantes e de primeiro emprego. Com a pandemia, os esforços do projeto se voltaram a ajudar famílias com cestas básicas, kits de higiene, máscaras e álcool em gel. Porém, para manter essas comunidades “protegidas”, também era necessário sanitizar essas regiões e, assim, surgiu uma forma de capacitar jovens da região, prestando um serviço que poderia ajudar suas comunidades, e também gerar renda durante a pandemia, sanitizando os locais com equipamento e proteção adequada.

Crédito da imagem: Acervo Sejamos Base



A grande onda de solidariedade gerada na e pela pandemia nos fez alcançar outras comunidades de Jesuítas no bairro de Santa Cruz. E foi responsável pela criação e implementação da Escolinha na **Ocupação Unidos Venceremos**, onde começamos a atuar, pois a situação era de extrema vulnerabilidade, caos social, descaso, abandono e opressão, além de habitações irregulares, sem nenhum atendimento de saneamento básico, e a quantidade de crianças nos chamou a atenção.

Com a ajuda de amigos, passamos a apoiar o projeto do Albert, professor de História e morador da Ocupação que já se disponibiliza a dar aula para pequenos grupos de alunos. Para crianças sem recursos, que não acompanham aulas on-line, a aula de reforço dava uma motivação para não desistir dos estudos. O espaço que o Albert tinha para dar aulas foi ampliado e ele passou a atender cerca de 70 crianças.



Crédito da imagem: Acervo Sejamós Base

Crédito da imagem: Acervo Sejamós Base





Crédito da imagem: Acervo Sejamós Base

O projeto ajudava a suprir uma das muitas demandas de estar em uma comunidade ignorada pelos poderes públicos.

Começamos o ano de 2021 com a meta de iniciar uma articulação para garantir moradia digna para as famílias da Ocupação. A comunidade contava apenas com 3 banheiros comunitários para 250 famílias que se abrigavam em barracos de madeira, até a noite do dia 14 de janeiro deste ano, quando, segundo os moradores, um curto circuito em um

Crédito da imagem: Acervo Sejamós Base





ventilador provocou um incêndio que se espalhou e dominou todos os barracos. Os moradores saíram a tempo, enquanto os bombeiros e os serviços da prefeitura atuaram de imediato.

As famílias que perderam tudo foram levadas para o Centro Esportivo Miécimo da Silva e imediatamente muitas doações chegaram ao local. Logo no dia seguinte, enquanto nos mobilizamos com outros coletivos, as notícias foram chegando, e aguardávamos as tomadas de decisão em relação a realocar as famílias, já que por motivo de uma colônia de férias, o ginásio não poderia mais acolhê-los.

A Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Rio de Janeiro informou que todas as famílias irão receber aluguel social até o fim de janeiro, através de um cadastro das famílias feito pela última gestão; mas, que precisavam deixar o local.

Foi sugerido que fossem para casa de familiares e quem não tivesse para onde ir, poderiam ir para abrigos municipais. Uma grande parte que se recusa a ir para os abrigos acredita que precisam estar juntos para, de fato, conseguirem o aluguel social e o acesso ao programa “Minha Casa, Minha Vida”.

Estamos buscando apoio para que essas famílias, que agora ocupam um galpão em Jesuítas, através de doações possam viver com um mínimo de dignidade, enquanto os movimentos e lideranças da região articulam e buscam cobrar o direito dessas famílias a um acolhimento efetivo e a moradias saudáveis.

Crédito da imagem: Acervo Sejamós Base



CARAVANA ITINERANTE DA JUVENTUDE CONTRA O CORONA

Caravana Itinerante da Juventude- CIJOGA

A Caravana Itinerante da Juventude (CIJoga) é uma iniciativa que visa promover espaços de diálogo, estimulando e desmistificando o conceito de participação. A Caravana busca incentivar a participação política e social das juventudes periféricas do Rio de Janeiro nos diferentes espaços, tanto político-institucionais como da sociedade civil organizada. É desenvolvido por seis jovens de diferentes periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (como Campo Grande, Nova Iguaçu e Vila do João). As Caravanas Itinerantes são espaços de diálogo com metodologias dinâmicas, rodas de conversa e debates baseados na discussão de temas que incentivam a potência juvenil e façam com que eles pensem soluções através de técnicas inovadoras para seus

Crédito da imagem: Acervo Cijoga





Crédito da imagem: Acervo Cljoga

problemas, protagonizando a efetividade das políticas públicas em seu cotidiano local, escolar, familiar e etc.

Durante a Pandemia da Covid-19, no ano de 2020, nos juntamos à União Coletiva pela Zona Oeste, que foi criada a partir da urgência em prestar assistência às famílias da extrema Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A União Coletiva pela Zona Oeste reúne 13 coletivos socioculturais que atuam nos bairros de Paciência, Santa Cruz e Sepetiba. Juntos atuamos em rede e ajudamos cerca de 3.500 famílias. Foi um momento muito marcante para todos nós. Pois tivemos que reinventar nossa prática e assumir um papel assistencial que ainda não fazia parte do nosso campo prático. Mas foi um período de grande luta e aprendizado, pois nós, enquanto iniciativas da Zona Oeste, começamos a nos comunicar mais e traçar novos caminhos coletivos.

No dia 8 de dezembro de 2020, um dia antes de completarmos dois anos de existência, recebemos, através da União Coletiva pela Zona Oeste, o prêmio Carolina Maria de Jesus, da Comissão de Direitos Humanos da Alerj. E para comemorar muita resistência da nossa iniciativa, realizamos um evento online com jovens que são especialistas da

própria realidade, moradores de diferentes partes da cidade do Rio de Janeiro para falar um pouco sobre políticas públicas, tratando de temáticas que sempre apareciam nos nossos encontros presenciais: Educação, Mobilidade Urbana, Segurança Pública e Saúde.

Nosso público-alvo são jovens de periferias e favelas do Rio de Janeiro. Desse encontro buscamos tirar propostas para a prática de *advocacy* e para nos ajudar a pensar estratégias de atuação para 2021.

Durante esses 2 anos, já fizemos atividades e palestras em 4 estados do Brasil e já fizemos uma palestra internacional na Alemanha. Nossa área de atuação é no campo da Participação Social, Juventudes Periféricas, Fortalecimento Democrático e Cultura Política. Seguimos coletivamente em 2021 buscando uma transformação social efetiva para as periferias e favelas no Brasil que agora, mais do que nunca, precisam estar fortalecidas para enfrentar as ausências de políticas públicas e sobreviver a essa pandemia.



Crédito da imagem: Acervo Cljoga



Crédito da imagem: União Coletiva pela Zona Oeste

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA POPULAR E DE SOLIDARIEDADE NA ZONA OESTE

Articulação de Coletivos Populares de Santa Margarida

Nos meses iniciais de 2020, momento do primeiro pico da Covid-19, a situação de completo abandono da Zona Oeste do Rio de Janeiro pelo poder público ficou ainda mais evidente. Com medidas de isolamento social pouco efetivas na região, sistema de saúde em colapso e uma crise econômica sem precedentes, o caos pandêmico na cidade (e no país) parecia longe do fim. O mesmo pode ser dito a respeito da gestão desastrosa dos governos Crivella, Witzel (agora afastado em processo de impedimento) e Bolsonaro.

Crédito da imagem: Paulo Gomes



Foi nesse contexto que os coletivos que compõem nossa articulação iniciaram, cada um à sua maneira, campanhas de arrecadação de mantimentos para atender aos pedidos de ajuda que não paravam de chegar, não só de famílias residentes de Santa Margarida, mas também de comunidades do entorno, como 29 de Março, Cosmos, Paciência e Inhoaíba, pouco faladas da região da Zona Oeste. Inicialmente, a maior parte dos recursos mobilizados vieram da Teia de Solidariedade ZO, por meio da campanha **'Rio Contra o Corona'**.

No entanto, com a redução das doações por esta via, decidimos lançar uma campanha própria, através das redes sociais, contatos pessoais e diálogo com diferentes coletivos e espaços comunitários.

Daí nasceu a **Articulação de Coletivos Populares de Santa Margarida** – que conta com o Pré-Vestibular Popular Margarida Alves (UNEAFRO-RJ), a Coletiva de Mulheres Margaridas, o Cine-Biblioteca Popular de Santa Margarida e o Coletivo de Educação Popular Margarida Maria Alves. Cada grupo possui frente de atuação própria, mas compartilha contatos, colaboradores e princípios políticos.

Crédito da imagem: Paulo Gomes



Até o momento conseguimos distribuir um total de 141 cestas básicas de alimentação, com produtos de higiene, limpeza e máscaras, que atenderam às famílias em um cadastro conjunto, organizado a partir das necessidades de cada coletivo e que prioriza famílias com crianças pequenas e chefiadas por mães solo.

Ao longo de nossa campanha, que se iniciou em junho deste ano e ainda está em arrecadação, recebemos doações de produtos de higiene pessoal e equipamento de proteção da Casa do Perdão; álcool 70° produzido pelo Grupo 70 Rural (UFRRJ/Seropédica); cestas de básicas do movimento Nós Por Nós/Levante Popular da Juventude-MST e da UNEAFRO-RJ; materiais de limpeza, ovos e álcool em gel da Teia de Solidariedade-ZO; e máscaras caseiras do Coletivo de Coletivos. Além de doações individuais, na forma de produtos e depósitos bancários. Todas essas informações e prestação de contas estão disponíveis em nossas redes sociais – **facebook: @ColetivosPopularesStamargarida e instagram: @articulacaopopular.margarida.**

O panorama sanitário que o Brasil atravessa tem sido especialmente cruel com as comunidades mais vulneráveis, como são as que compõem a Zona Oeste – que além da pandemia, também enfrentam políticas neoliberais e anti-povo, que partem do atual governo federal e chegam implacáveis ao Rio de Janeiro.

Em um cenário tão complicado e perverso, para nós, periféricos, é de extrema importância a organização política popular e de solidariedade, princípios fundantes de nossa frente articulada de coletivos.

RELATÓRIO DE IMPACTO 2020: EXTREMO-OESTE CARIOCA

Movimento Território Diversos - Nova Sepetiba

Um importante e exclusivo relatório de impacto da pandemia sobre a juventude e o impacto da Covid-19 na zona extremo oeste (AP5) tem previsão de ser lançado no início do segundo semestre deste ano de 2021, a partir de um diagnóstico realizado em rede que será levantado por coletivos e instituições que atuam em toda a região.

A imensa região compreendida pela Área de Planejamento AP5 possui uma extensão territorial de 592,33 km², correspondendo à quase metade do território da cidade do Rio de Janeiro (48,4%). Em contramão, a região sofre com o descaso do poder público, desde questões mais básicas, como acesso à água, saneamento, luz e transporte, até questões mais estruturais como acesso à saúde, cultura e educação. Esse descaso é perfeitamente representado pelos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento Social (IDS) apresentados pelos bairros que compõem a AP-5, classificados entre os mais baixos de toda a cidade. Por esses dados não é difícil analisar que diante da pandemia do novo coronavírus muitos desafios já enfrentados pela região se tornaram muito maiores.

Ao longo da pandemia, o Ponto de Cultura Movimento Territórios Diversos/MTD localizado nessa região da AP5, especificamente em Nova Sepetiba, atuou na linha de frente com ações de mapeamento, auxílio com doações e informações aos moradores do grande bloco habitacional popular formado pelo Conjunto Nova Sepetiba. Dentre essas ações, foram desenvolvidos também projetos virtuais, como o ConectAções, onde diversos temas foram debatidos publicamente de forma virtual



entre especialistas, ativistas e jovens. A partir das questões levantadas nesses debates foi identificada a ausência de dados concretos, tabulados e maiores informações sobre as reais demandas da juventude e moradores da zona oeste, sobretudo durante a pandemia. Para suprir essa carência de informação, o

Territórios Diversos deu início a um plano de ação para viabilizar um projeto de pesquisa e diagnóstico sobre essa realidade da região, em conjunto com coletivos, instituições e pesquisadores. A proposta já está sendo debatida e posta em prática.

Seguindo a metodologia da Multiplicação, até o momento, já foram reunidos coletivos co-organizadores representantes das cinco Regiões Administrativas (RA) que compõem a AP5, já dando andamento a este projeto coletivo junto ao MTD. A proposta é que outros coletivos sejam incorporados a fim de representar os 22 bairros da região, bem como suas particularidades e que, a partir destes, novos outros coletivos se juntem para em rede ascendente multiplicarem o instrumento de pesquisa que será direcionado a juventude, alcançando, de modo qualitativo e quantitativo, toda a região da Zona Oeste AP5 e suas comunidades.

Vale destacar que o resultado a ser alcançado por meio deste projeto venha a descrever o olhar e a vivência da juventude, dos coletivos, dos agentes culturais e sociais locais, se propondo a identificar de forma atualizada as deficiências e desafios em diversas áreas sociopolíticas, bem como os efeitos sociais, econômicos, educacionais, sanitários e, principalmente, culturais da Covid-19 sobre a região e, para além, proporcionar um mapeamento atualizado dos coletivos e instituições atuantes na zona extremo oeste carioca.



IN MEMORIAN

Crédito da imagem: Acervo CAMTRA

NOTA DE FALECIMENTO TIA GAÚCHA

Coletivo Piracema

É com pesar que informamos o falecimento de Cleonir Alves, mais conhecida como Tia Gaúcha, em virtude da Covid-19. Referência para nós como alguém que lutava pelos direitos das mulheres, contra a violência doméstica, pelas mulheres negras e sua comunidade, Gaúcha era incansável. Residente em Urucânia, feminista, organizadora do 8 de março na Praça do Ringue, fundadora da COMZO (Comitê de Mulheres da Zona Oeste) e fundadora da CAMTRA (Casa da Mulher Trabalhadora), Tia Gaúcha se orgulhava de ter organizado, aqui em Santa Cruz, um seminário com a presença da falecida Ministra de Estado Chefe da Secretária Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire.

Era muito comum encontrá-la pelo Centro da Cidade, mesmo com o peso da idade e a profunda precariedade do transporte público, levando seu corpo e potência de mulher negra a espaços de militância e discussão dos direitos das mulheres, saúde e educação.

Gaúcha também foi incansável na discussão sobre a importância de uma Delegacia de Defesa da Mulher em nosso território. Seguimos cientes da importância do seu legado e de nossa responsabilidade em prosseguir na luta.

Valeu, Gaúcha!

EXPEDIENTE

ELABORAÇÃO

Cooperação Social da Fiocruz

André Lima

Day Medeiros

Djefferson Amadeus

Fábio Araújo

Itamar Silva

Leonídio de Sousa Santos

Renata Dutra

Ensp | Fiocruz

Roberta Gondim

EPSJV | Fiocruz

Carlos Eduardo Batistella

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Fábio Araújo

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO

Antônio Xaolin – Rocinha

Elizabeth Manjah - Nova Sepetiba

Fábio Monteiro - Manguinhos

Gelson Henrique - Campo Grande

Júlia Dionísio - Santa Margarida

Lucas Almeida Melo - Campo Grande

Paulo Coutinho - Santa Margarida

Rejany Ferreira

Vitória da Silva Cruz Guimarães - Cidade de Deus

Movimentos Sociais e Coletivos

Articulação de Coletivos Populares de Santa Margarida

Caravana Itinerante da Juventude

Coletivo Piracema

Conselho Comunitário de Manguinhos

Movimento Territórios Diversos

Revisão

Luiza Gomes Henriques

Projeto Gráfico

Mariane Martins

Joice Mattos

